



Jessé Torres Pereira Junior

## Controle Judicial da Administração Pública: da Legalidade Estrita à Lógica do Razoável

2ª edição  
1ª reimpressão

Área específica  
Direito Administrativo  
Controle Externo

Área afim  
Administração pública

325 páginas  
ISBN 978-85-89148-21-4  
Formato: 14,5x21,5 cm

Código: 2616

<http://www.editoraforum.com.br/loja>

O tema do controle da Administração pelo Poder Judiciário é um dos que melhor assinalam a passagem da perspectiva patrimonialista para a da postura gerencial no Estado contemporâneo, com inevitáveis repercussões no direito público manejado pelos tribunais quando provocados ao exame não apenas da legalidade do ato administrativo, se não que, também, de sua legitimidade e conformação à moralidade. Como todo processo de transição cultural, especialmente vinculado ao exercício do poder político, desafia dissensos antes de formar consensos e faz nascer técnicas novas ou dá novo sentido a técnicas antigas de interpretação e integração da norma jurídica. As relações entre princípios e regras, bem como a revisão de figuras fundamentais, como discricionariedade, mérito, conceito jurídico indeterminado, abuso de poder, desvio de finalidade, razoabilidade e proporcionalidade, têm ocupado o controle judicial quanto à dimensão e à medida de sua atuação na matéria. É sobre essas questões, entrelaçadas com o devido processo legal e a formação do convencimento do juiz, que versa o texto desenvolvido pelo autor, magistrado a elas afeito em vintenário desempenho da judicatura e do magistério do Direito Administrativo, no Tribunal de Justiça e na Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro.

### **Jessé Torres Pereira Junior**

Desembargador do Tribunal de Justiça e professor de Direito Administrativo da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro. Membro do Instituto Brasileiro de Direito Constitucional e do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo. Autor dos livros Comentários à Lei das Licitações e Contratações da Administração Pública (6ª edição, 2003), Da Reforma Administrativa Constitucional (1999), Licitações de Informática (2000), O Direito à Defesa na Constituição de 1988 - O Processo Administrativo (1991), todos publicados pela Editora Renovar.

## **Sumário do livro:**

Nota do Autor

Nota do Autor à 2ª edição

Capítulo 1

O Desafio do Tema: Universalidade e Perenidade x Especialização e Mutação

Capítulo 2

Natureza do Controle: Função Política, Dever Jurídico e Etapa do Ciclo Inerente a Todo Processo Sistemico de Trabalho

Capítulo 3

As Vertentes do Controle, Segundo o Sistema Constitucional Brasileiro Vigente

3.1 O autocontrole

3.2 O controle parlamentar

3.3 O controle popular

3.4 O controle judicial

Capítulo 4

Características do Controle Judicial

4.1 Inércia da jurisdição x dinamismo judicial

4.2 Pretensão dedutível mediante qualquer via acionária

4.2.1 A propriedade da via acionária e do rito processual

4.2.2 A multiplicação de legitimações extraordinárias

4.2.3 O princípio da continuidade dos serviços públicos

4.3 Exame de validade e eficácia dos atos administrativos

4.3.1 A legalidade estrita e os motivos determinantes

4.3.2 O controle de resultados, mercê da razoabilidade

4.4 A força preclusiva do julgamento judicial

Capítulo 5

Extensão e Profundidade do Controle Judicial

5.1 O verbete 473, da súmula do Supremo Tribunal Federal

5.2 O papel dos princípios

5.3 O manejo dos conceitos jurídicos indeterminados e as “razões de Estado”

Capítulo 6

O Perfil do Direito Público Pós-Moderno

Capítulo 7

Conclusões

Referências

Anexo - O Controle da Discricionariedade na Jurisprudência dos Tribunais Superiores

I – No Supremo Tribunal Federal

II – No Superior Tribunal de Justiça

III – No Tribunal de Contas da União

IV – No Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro

Índice Remissivo